

A guerra secreta de Eisenhower na América Latina: O planejamento estratégico de uma ofensiva continental contra o comunismo e o nacionalismo (1953-1961)

Vicente Gil da Silva¹
Laura Maria Loss Schwarz²

Resumo

O artigo apresenta o planejamento de operações contra o comunismo e o nacionalismo na América Latina formulado por oficiais do governo Eisenhower em seu primeiro mandato, destacando o caráter preventivo dessa mobilização e a importância atribuída às ações encobertas. Questiona-se, tendo em vista a elaboração desse plano de intervenções em assuntos internos dos países latino-americanos, a afirmação realizada por parte da historiografia de que a América Latina não possuía importância estratégica para os Estados Unidos entre o final dos anos 1940 e a maior parte da década de 1950. Ao contrário, demonstra-se, a partir de documentação oficial norte-americana, que o governo Eisenhower tratou a América Latina como um dos campos de combate da Guerra Fria. **Palavras-chave:** Relações Estados Unidos – América Latina; anticomunismo; operações encobertas.

Eisenhower's secret war in Latin America: The strategic planning of an anti-communist and anti-nationalist continental offensive (1953-1961)

Abstract

The article addresses the planning of operations against communism and nationalism in Latin America carried out by officials of the Eisenhower government in its first term, highlighting the preventive nature of this mobilization and the importance attributed to covert actions. Regarding the elaboration of this plan of interventions in the internal affairs of Latin American countries, we question the scholarly assertion that Latin America had no strategic importance for the United States between the late 1940s and most of the 1950s. On the contrary, official US documentation shows that the Eisenhower administration treated Latin America as one of the battlefields of the Cold War.

Keywords: US – Latin American relations; anticommunism; covert operations.

Artigo recebido em: 31 de julho de 2022

Artigo aprovado em: 22 de maio de 2023

¹ Professor Adjunto, Instituto de Relações Internacionais e Defesa, Universidade Federal do Rio de Janeiro; e-mail: vicentegil@irid.ufrj.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7276-0389>.

² Mestre em Ciência Política e Bacharel em Direito (UFRGS). E-mail: schwarz.laura@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1199-0516>.

Introdução

Na historiografia, é comum encontrarmos a afirmação de que a América Latina foi uma região sem grande importância estratégica para a política externa dos Estados Unidos entre o final da Segunda Guerra Mundial e os últimos anos da década de 1950. Fico (2008, p. 19-23), por exemplo, considera que os anos 1950 foram marcados pela “desimportância estratégico-militar da América Latina” para os Estados Unidos. Pecequilo (2003, p. 214) avalia que a política externa estadunidense para o continente latino-americano entre 1947 e 1959 se caracterizou por “relativa negligência”, “descaso” e “desinteresse”, com uma “total reversão de concentração das iniciativas externas dos Estados Unidos em seu continente”. Mais recentemente, Schoultz (2018, p. 164) afirma que os “oficiais do alto escalão” da administração Dwight D. Eisenhower (1953-1961) “deram pouca atenção à América Latina” entre o final da Segunda Guerra Mundial e 1959, pois “Washington tinha problemas mais urgentes em outros lugares”.³ Conforme a crítica feita por Rabe (1988, p. 4), é como se esse intervalo de tempo pudesse ser caracterizado como um “interregno monótono” entre a política da Boa Vizinhança do governo Roosevelt e a Aliança para o Progresso, o programa lançado pelo governo Kennedy em 1961 e apresentado como uma demonstração da preocupação dos Estados Unidos com o desenvolvimento latino-americano.

De modo geral, essa interpretação que identifica uma “negligência” do governo estadunidense com relação à América Latina a partir do final da década de 1940 enfatiza que os Estados Unidos, desafiados a consolidar a sua posição hegemônica no mundo não-comunista, demonstravam-se então muito mais preocupados com outras áreas do globo, principalmente a Ásia e a Europa, fortemente atingidas pela crise provocada pela Segunda Guerra Mundial e pelo declínio da tradicional dominação colonialista. A América Latina seria percebida, naquele momento, como uma região segura, sendo que apenas no final da década de 1950, voltaria a causar maiores preocupações em Washington.

Realmente, nas duas décadas que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, o governo dos Estados Unidos enfrentou enormes desafios para a execução de seu novo papel no cenário

3 Outros exemplos de autores que defendem argumentação semelhante são Munhoz (2002, p. 44) e Cervo & Bueno (2011, p. 290). Entre os autores que questionam a suposta negligência dos Estados Unidos em relação à América Latina entre o final da guerra e o início dos anos 1960, podemos citar Rabe (1988), Rivas (2003, p. 237-249), Sewell (2016, p. 13-4) e Booth (2021).

internacional, ocupando algumas das funções exercidas pelas antigas potências coloniais europeias. Era necessário, para a garantia de seus interesses, assegurar a sua capacidade de influência sobre a orientação dos regimes políticos que viriam a ser constituídos nos países que estavam declarando independência e, em muitos casos, se aproximando da União Soviética. Nos países da Europa Central, era também fundamental enfrentar os movimentos populares de esquerda que haviam se fortalecido na luta contra o nazifascismo.

Ao mesmo tempo, a situação parecia menos preocupante na América Latina. O próprio governo Harry S. Truman (1945-1953) avaliava que o comunismo não representava um grande perigo na região (RABE, 1988, p. 18). Contudo, como observam Bethell e Roxborough (1996, p. 48), mesmo que a América Latina pudesse parecer “imune à agressão externa” e, “em termos globais”, ser até certo ponto negligenciada pelos norte-americanos, isso não significa que os Estados Unidos “ignorassem a possibilidade de subversão interna”, não sendo possível afirmar que o governo Truman tenha sido mero espectador dos acontecimentos políticos na região.

É fundamental levarmos em consideração que os Estados Unidos haviam estabelecido redes de inteligência e espionagem na América Latina durante a Segunda Guerra Mundial, especialmente por meio do *Federal Bureau of Investigation* (FBI), em um programa que incluía também o monitoramento de sindicatos de trabalhadores e organizações comunistas e a aproximação com as forças de repressão dos países da região (HUGGINS, 1998). Ou seja, a “menor preocupação” com a América Latina era também efeito de um trabalho que vinha sendo realizado há mais tempo no continente, e que já fornecia alguns resultados satisfatórios para os interesses norte-americanos.

No período imediatamente após a Segunda Guerra Mundial, a consolidação e a expansão dessas estruturas de vigilância e inteligência foram úteis ao combate dos movimentos comunistas e dos trabalhadores latino-americanos, em um momento de marcada ascensão das lutas sociais no continente. Como observado por Grandin (2004, p. 15-16), depois da guerra, “os sindicatos revitalizados no México, no Brasil, no Peru, na Guatemala, na Colômbia, na Argentina e no Chile promoveram ondas grevistas de beligerância inaudita”. Em alguns países, “impelidos por essa mobilização crescente”, partidos populistas reformistas acabaram chegando ao poder. Mas uma “reação em âmbito continental” não tardou a ocorrer e, “em 1954, a maioria dos países latino-americanos era novamente governada por ditadores” (GRANDIN, 2004, p. 17).

Como afirmam Bethell e Roxborough (1996, p. 45), existiam, naquele período, “boas razões domésticas para a contenção da mobilização trabalhista na América Latina”. Mas havia também um “imperativo adicional”: a necessidade de “criar e manter um clima apropriado para os investimentos estrangeiros diretos” na região, e que não contava com nenhum programa de ajuda ao estilo do Plano Marshall. Esse “clima apropriado” exigia um “compromisso com o desenvolvimento capitalista, liberal” e com uma “ideologia de produção” que não tivesse “traços de nacionalismo”. Além disso, seria necessário marginalizar a esquerda, principalmente a comunista, e colocar a classe trabalhadora “sob firme controle” (*Id.*, p. 44). Ayerbe (2002, p. 81) também reconhece que no início da Guerra Fria a principal preocupação dos Estados Unidos em relação à América Latina se referia às “posturas nacionalistas de alguns governos e movimentos que visualizam uma perspectiva equidistante da influência do país como base para qualquer política de afirmação nacional”.

O governo dos Estados Unidos demonstrava estar ciente dessas “tarefas”. Em um documento preparado pelo *Policy Planning Staff* (PPS)⁴ em março de 1948 – às vésperas da IXª Conferência Internacional Americana, que seria realizada em Bogotá, na Colômbia – encontram-se os princípios que deveriam orientar a ação comum entre os Estados Unidos e os demais países da América Latina no combate ao comunismo. Entre eles, o reconhecimento de que o comunismo internacional, naquele momento, seria apenas uma ameaça potencial, não imediata, para a região. Ainda assim, tal ameaça demandaria a tomada de ações preventivas para minimizá-la, antes que se tornasse mais perigosa.

Uma das recomendações feitas pelo PPS era a de que se encorajasse o movimento pela organização de sindicatos não comunistas, incluindo sindicatos de orientação católica. Além disso, adidos trabalhistas bem qualificados deveriam ser designados para atuar nas embaixadas dos principais países onde as atividades comunistas fossem consideradas um problema relevante ou a questão trabalhista fosse um fator significativo.⁵ O PPS também indicava que, após consultar o FBI, a CIA (*Central Intelligence Agency*) e outros órgãos interessados, o Departamento de Estado deveria elaborar um plano de cooperação entre as polícias das Américas para combater as atividades comunistas, levando em consideração a possibilidade de que os policiais latino-americanos fossem treinados nos Estados Unidos (PPS, 1948).

4 O PPS foi criado em 1947 por George F. Kennan para realizar análises para o Departamento de Estado.

5 Sobre a atuação dos adidos trabalhistas, ver Afonso (2017).

O governo Truman não criou nenhum programa específico para o treinamento de policiais latino-americanos, mas desenvolveu, de acordo com Huggins (1998, p. 90), a legitimação ideológica e uma burocracia capacitada que daria condições, nos anos seguintes, para que os Estados Unidos realizassem programas de treinamento policial como “contenção prospectiva” em diversas regiões do mundo, incluindo países da América Latina. Partindo da base construída por seu antecessor e “pressionado a reduzir os gastos militares” norte-americanos, o governo Eisenhower recorreria aos programas de ajuda policial como “remédio preventivo” contra o comunismo (*Id.*, p. 91). Além disso, investiria, como veremos adiante, em uma série de ações encobertas voltadas a monitorar e conter a radicalização da classe trabalhadora na América Latina. Nada que possa ser caracterizado como um descaso, desinteresse ou uma falta de preocupação do governo norte-americano com relação às lutas sociais que estavam sendo travadas na região naquele período.

Neste artigo, buscaremos esclarecer como foi realizado o planejamento da política anticomunista e antinacionalista estadunidense para a América Latina no primeiro mandato do presidente Dwight D. Eisenhower (1953-1957), com base em documentos oficiais disponíveis nas bibliotecas presidenciais Truman e Eisenhower, no Arquivo Nacional de College Park e na coleção *Foreign Relations of United States* (FRUS), publicada pelo Departamento de Estado. A análise das fontes foi orientada pelas indicações técnicas e metodológicas descritas em Belloto (2002) e Rodeghero (2008, p. 37-50), com relação à natureza, produção, circulação, tipologia e classificação, entre outros aspectos, de arquivos diplomáticos e de outras agências governamentais norte-americanas. Como buscaremos demonstrar, a natureza das fontes consultadas para esta pesquisa permite analisar não apenas o planejamento governamental norte-americano e os resultados esperados de suas políticas para a América Latina, mas também apresentar alguns dos impactos efetivos na região das estratégias formuladas em Washington. A tradução da documentação é nossa.

O texto também pretende destacar a importância da América Latina para os Estados Unidos durante os anos 1950 e contribuir para o entendimento de um período ainda pouco estudado pela historiografia, não apenas a brasileira. Considerando a produção acadêmica anglo-saxã dos anos 2000 em diante, ainda há poucos estudos sobre a política de Eisenhower para a América Latina. Citando como exemplos quatro coletâneas publicadas nesse período por grandes editoras universitárias norte-americanas e que abordam as relações entre Estados Unidos e América Latina, verifica-se que nenhuma delas analisa especificamente o governo Eisenhower. Chama a atenção

que, exceto por um texto em um desses livros, todos os outros enfatizam o período após 1960.⁶ Uma outra obra coletiva, com um total de doze capítulos e focada exclusivamente na política de Eisenhower para o Terceiro Mundo, apresenta apenas um texto sobre a América Latina – na verdade, aborda as relações entre Estados Unidos e Bolívia (STATLER & JOHNS, 2006). Em um outro livro, de uma renomada editora universitária anglo-saxã, contendo um total de 11 textos e dedicado à análise da Guerra Fria no Terceiro Mundo, apenas um aborda a América Latina (MCMAHON, 2013), mas não especificamente o período do presidente republicano no poder. Como afirma Sewell (2016, p. 13-14), a América Latina continua sendo mencionada “apenas de passagem quando se trata de avaliar as políticas dos Estados Unidos” durante a administração Eisenhower.

Inicialmente, abordaremos as considerações feitas pelos principais estrategistas do Departamento de Estado a respeito dos inimigos a serem enfrentados pelos Estados Unidos e o método considerado mais eficaz para combatê-los. Na sequência, apresentaremos como o governo norte-americano planejou o aumento das ações encobertas na América Latina para combater o comunismo e o nacionalismo. Por fim, descreveremos as alianças e as frentes de combate do governo estadunidense na América Latina, demonstrando alguns exemplos de operações encobertas ocorridas em países da região.

Identificando os inimigos e as estratégias para combatê-los

Em dezembro de 1952, mês anterior à posse de Eisenhower, Thomas Clifton Mann elaborou um documento para ser submetido à equipe do novo presidente dos Estados Unidos, na expectativa de que ele fosse utilizado como subsídio para a elaboração de políticas para a América Latina. Mann – uma das principais autoridades no Departamento de Estado sobre assuntos interamericanos, cujo nome posteriormente seria associado ao golpe de 1964 no Brasil – considerava que o

⁶ Ver FIELD JR., KREPP & PETTINÀ (2020), JOSEPH & SPENCER (2008), GARRARD-BURNETT, LAWRENCE & MORENO (2013) e BRANDS (2010) – este último, em um livro de 400 páginas sobre as relações entre Estados Unidos e América Latina durante a Guerra Fria, dedica cerca de seis delas ao período de Eisenhower.

nacionalismo econômico⁷ era a maior ameaça política, econômica e de segurança para os interesses dos Estados Unidos na região. No documento elaborado para Eisenhower, Mann afirmava que o comunismo buscava explorar a seu favor a luta nacionalista e as demandas populares por reformas. Nesse cenário, caberia ao governo norte-americano deter o “nacionalismo extremo” e a “crença” de que os latino-americanos poderiam estar “imunes” ao exercício do poder estadunidense. Para isso, ele propôs a adoção de uma estratégia de ação política que vinha sendo aprimorada pelo governo Truman e que seria largamente utilizada durante o governo Eisenhower: a atuação por meio de operações encobertas (MANN, 1952).

A execução dessas operações ficava sob a responsabilidade da CIA, que também realizava as tradicionais atividades de espionagem e contraespionagem, cuja supervisão era realizada pelos integrantes do Conselho de Segurança Nacional (*National Security Council* – NSC), a principal instância decisória do governo dos Estados Unidos. Partiu desse órgão, em junho de 1948, a definição oficial do escopo das operações encobertas, com a aprovação da instrução política NSC 10/2. Segundo tal normativa, elas deveriam ser entendidas como “todas as atividades conduzidas ou patrocinadas” pelo governo norte-americano em apoio ou contra “Estados ou grupos estrangeiros” que fossem “planejadas e executadas” de modo que a responsabilidade dos Estados Unidos não fosse evidente a pessoas não autorizadas ou, caso essa relação se tornasse pública, pudesse ser plausivelmente negada (NSC 10/2, 18/06/1948).

Essas operações deveriam incluir, especificamente, quaisquer atividades encobertas relacionadas a propaganda, guerra econômica, ação direta preventiva (incluindo sabotagem e antissabotagem, demolições e medidas de evacuação), subversão contra Estados hostis (incluindo assistência a movimentos de resistência clandestinos, guerrilhas e grupos de refugiados) e apoio a elementos anticomunistas nacionais de “países ameaçados do mundo livre”. Mas não abarcariam conflitos armados que envolvessem forças militares oficiais, nem operações de espionagem, contraespionagem ou atividades de desinformação realizadas em operações militares (NSC 10/2, 18/06/1948).

7 Na documentação governamental norte-americana produzida nos anos 1950 e consultada para esta pesquisa, o termo “nacionalismo econômico” tem um sentido equivalente ao de “estatismo” ou simplesmente “nacionalismo”. Sobre o tema, ver SIEKMEIER (2017) e SEWELL (2016).

Em 1950, a importância da utilização de ações encobertas na América Latina já havia sido defendida por George F. Kennan, o mais famoso estrategista da política exterior norte-americana do pós-guerra. Ele afirmava que “medidas coercitivas” deveriam ser tomadas para combater o comunismo e manter a influência norte-americana na região, mas alertava que elas precisavam ser aplicadas com “o maior cuidado”, para evitar que “fossem exploradas pelos inimigos dos Estados Unidos como atos de intervenção, imperialismo ou meios ilícitos de pressão”. Kennan considerava que, na conjuntura daquele período, os Estados Unidos deveriam priorizar “métodos indiretos” em detrimento de “intervenções pela força”, tais como a ameaça ou o efetivo desembarque de tropas militares norte-americanas. Ele também achava importante evitar “as formas mais brutas de pressões diplomáticas”, que poderiam ser exploradas contra a imagem dos Estados Unidos (KENNAN, 1950).

Do mesmo modo, ao propor que o apoio a agentes latino-americanos favoráveis aos interesses estadunidenses fosse oferecido de modo encoberto, Thomas C. Mann esperava evitar que o governo Eisenhower despertasse uma forte oposição na América Latina. Ele defendia a necessidade de se realizar uma campanha de propaganda cuja promoção não pudesse ser associada aos Estados Unidos, com o objetivo de conscientizar os latino-americanos sobre o perigo representado tanto pelo nacionalismo quanto pelo comunismo. Mann também sustentava que era estratégica a colaboração com empresários estadunidenses que tinham investimentos na região e estariam sendo “discriminados” em face de “preconceitos nacionalistas” (MANN, 1952).

Esses empresários estavam preocupados com as ameaças a seus interesses na América Latina e alguns deles integraram, entre 1952 e 1953, um grupo de estudos criado pelo *Council of Foreign Relations* (CFR)⁸ com o objetivo de formular uma nova política para a América Latina e recomendá-la ao novo presidente dos Estados Unidos. Intitulado “*Political unrest in Latin America*”, o grupo reunido pelo influente *think thank* norte-americano era presidido por Spruille Braden, empresário com investimentos na área do cobre no Chile, ex-embaixador em Havana e

8 Dreifuss (1986, p. 33) assim se refere ao CFR: “panteão do mundo dos negócios da política, das finanças, da universidade e da imprensa norte-americana”, “uma das primeiras e mais significativas tentativas de reunir industriais, banqueiros, militares e burocratas de Estado, intelectuais e figuras de destaque da mídia num novo formato político e intelectual, que David Rockefeller chamaria de ‘casamento de cérebros e dinheiro’ e Joseph Kraft denominaria de ‘Escola para Estadistas’”. Seu propósito, “numa perspectiva de poder internacional, era o de analisar, formular, acompanhar e avaliar iniciativas e diretrizes estratégicas (privadas ou públicas) indispensáveis para sustentar a crescente projeção do capitalismo norte-americano” (*Id.*, p. 34).

Bogotá durante a Segunda Guerra Mundial e ex-Secretário de Estado de Assuntos Interamericanos (1944-1946). A relatoria dos trabalhos ficava a cargo de Charles C. Cumberland, da *Rutgers University*, e de Kenneth Toepfer, da *Columbia University*. Os demais integrantes eram todos dirigentes de megacorporações norte-americanas ou representantes de prestigiosas universidades e organizações representativas de interesses empresariais: Douglas H. Allen (*Otis Astoria Corporation*); Henry W. Balgoyen (*American and Foreign Power Company*), Percy W. Bidwell (CFR), Dudley B. Bonsal (*Curts, Mallet-Prevost, Colt and Mosle*), Chester R. Dewey (*Grace National Bank*), William Diebold Jr. (CFR), George S. Franklin Jr. (CFR), Berent Friele (IBEC), C. H. Harring (*Harvard University*), John K. Jenney (*E. I. du Pont de Nemours and Company*), J. C. Luitweiler (*Hayden, Stone and Company*), John C. McClintock (*United Fruit Company*), Dana G. Munro (*Princeton University*), Noel Sargent (*National Association of Manufacturers*), William Ryland Scott (*Remington Arms Company*), Oscar S. Strauss (*American Smelting and Refining Company*), Frank Tannembaum (*Columbia University*), Edward Larocque Tinker (escritor), Henry C. Wallich (*Yale University*), Medley G. B. Whelpley (*Industrial Development and Management*), H. H. Whitman (*The National City Bank*), Langbourne M. Williams (*Freeport Sulphur Company*) e Philip D. Wilson (*Lehman Brothers*).

De acordo com a avaliação do grupo de estudos do CFR, na América Latina existiam “tendências bem definidas na direção do nacionalismo, econômico ou não”, que estariam provocando “agitações em seu curso de desenvolvimento”. Os empresários consideravam que o nacionalismo provavelmente seria “uma força importante na América Latina por muitos anos”. E se preocupavam com a atuação dos comunistas na região, que estariam conseguindo “manipular sentimentos nacionalistas em questões políticas e econômicas”. Recomendavam, por isso, que se desse ênfase ao combate ao comunismo no continente. Quando faz referência específica ao Brasil, o relatório do grupo menciona a necessidade de “dar início a uma campanha de guerra psicológica” para “levar a melhor sobre os comunistas” (CFR, 10/03/1953).

Algumas reuniões desse grupo foram frequentadas por John Moors Cabot, outro importante oficial do Departamento de Estado com longa experiência em temas relacionados à América Latina, que ocupou o cargo de Secretário Assistente de Estado de Assuntos Interamericanos nos dois primeiros anos do governo Eisenhower (CFR, 18/03/1953 e 15/05/1953). Em um memorando elaborado para o Secretário de Estado, John Foster Dulles, em março de 1953, Cabot recomendava

que as empresas norte-americanas criassem uma campanha de relações públicas, com apoio e orientação governamental, para divulgar aos latino-americanos os benefícios dos investimentos privados estadunidenses. Ele acreditava que tal campanha deveria combater particularmente “a ideia generalizada” de que o capital norte-americano estaria “eviscerando a América Latina de seus recursos naturais e colhendo todos os benefícios”, enquanto deixava “apenas as sobras” para os países receptores desses investimentos (CABOT, 1953).

Já o governo dos Estados Unidos, na opinião de Cabot, deveria adotar medidas tanto “construtivas” quanto “negativas”, utilizando meios “indiretos” para combater o comunismo e o nacionalismo, que estariam alimentando a má reputação dos norte-americanos entre seus vizinhos. Como exemplo de métodos indiretos ou negativos, ele mencionava a concessão clandestina de subsídios e apoio a grupos de estudantes e intelectuais, publicações e organizações de trabalhadores não-comunistas. Era importante, segundo sua avaliação, buscar identificar as políticas dos Estados Unidos e os interesses dos investidores norte-americanos com “o progresso e a prosperidade das grandes massas na América Latina” (*Id.*, 1953).

Um outro objetivo das ações propostas era manter o apoio dos países latino-americanos aos Estados Unidos na Guerra Fria. Por isso, Cabot defendia que os norte-americanos encorajassem, com ajuda material, a formação de organizações anticomunistas. Ainda, sustentava que caso os métodos indiretos sugeridos não surtiram o efeito desejado, os Estados Unidos deveriam demonstrar a sua força, resgatando a Doutrina Monroe, ainda que “discretamente” – por meio, por exemplo, do Congresso dos Estados Unidos ou de agentes privados (*Id.*, 1953).

O mesmo tipo de preocupação presente nas considerações de Kennan, Mann, Cabot e do grupo de estudos do CFR está registrado na instrução política NSC 144/1, de março de 1953, a primeira proposta específica voltada à América Latina no governo Eisenhower. A instrução identificava uma tendência à consolidação de regimes nacionalistas na América Latina, os quais priorizavam o desenvolvimento industrial com forte presença do Estado, frequentemente na forma de monopólios estatais de produtos estratégicos, como o petróleo e outros recursos minerais. A orientação era a de que fossem empreendidos todos os recursos governamentais disponíveis para ajudar a reverter esse quadro e “reduzir e eliminar a ameaça comunista interna e outras formas de subversão antiamericanas” nos países latino-americanos (NSC 144/1, 1953).

A instrução NSC 144/1 indicava que não era adequado adotar uma “política da indiferença” na América Latina, confiando em “favores ocasionais” e no uso eventual de força militar em “circunstâncias emergenciais”, apenas alimentando a esperança de que a “evolução regular dos processos políticos e econômicos” viesse a gerar “governos estáveis e responsáveis” em todos os países da região. Uma relativa inação, na avaliação dos estrategistas estadunidenses, poderia permitir “o aumento e a predominância de forças inimigas aos interesses dos Estados Unidos”. A recomendação da NSC 144/1 era a de que todos os esforços “apropriados” para “combater as atividades dos comunistas e outros elementos hostis aos Estados Unidos” fossem continuados e intensificados na América Latina, indicando a utilização de “métodos de guerra política consistentes com a proibição de uma intervenção unilateral ostensiva”.

Em setembro de 1954, a NSC 5432/1, que reavaliava algumas das diretrizes previstas na NSC 144/1, definiu que um dos objetivos da política externa dos Estados Unidos era a “redução e eliminação da ameaça comunista interna e outros tipos de subversão antiamericanas” em países da América Latina. A resolução recomendava que “os esforços ostensivos e encobertos de combate às atividades comunistas e de outros elementos hostis aos Estados Unidos” fossem continuados e intensificados (NSC 5432/1, 1954).

A preferência declarada por ações encobertas era condizente com a chamada política do *New Look* do governo Eisenhower. Ela foi descrita na NSC 162/2 de outubro de 1953, que promoveu alterações na política exterior e de defesa do governo antecessor, a qual, por sua vez, foi expressa na NSC 68, de abril de 1950. Aprovada na sequência de dois importantes eventos que ocorreram em 1949 – o teste, pela União Soviética, de seu primeiro artefato nuclear, e a Proclamação da República Popular da China – e pouco antes da eclosão da guerra da Coreia (1950-1953), a NSC 68 alterava a concepção anterior, da política da contenção, não mais fazendo distinções entre os interesses dos Estados Unidos em diferentes regiões do globo. Assim, uma derrota das “instituições livres em qualquer lugar” seria considerada uma derrota em todos os lugares. Uma das indicações da NSC 68 era a de que o governo norte-americano deveria estabelecer um grandioso programa de rearmamento, o que acabou tendo grandes implicações orçamentárias no governo Truman (CALLANAN, 2010, p. 48-49). Discordando do crescimento desses gastos militares, ao assumir a presidência, Eisenhower propôs um grande corte em tais despesas. De acordo com Callanan (*Id.*, p.

89), ele estava determinado a implementar uma gestão mais eficiente dos custos associados às políticas de segurança nacional dos Estados Unidos.

A proposta do *New Look* certamente valorizava a importância do poder dissuasivo dos armamentos nucleares norte-americanos, mas este acabou sendo “apenas um entre os diversos elementos de uma política de segurança nacional empregados pelos Estados Unidos entre 1953 e 1961” (Idem, p. 90). Os demais eram os seguintes: a ampliação do sistema de alianças iniciado pelo governo anterior, que recorria ao uso de forças terrestres locais apoiadas pelos poderes aéreo e naval norte-americanos, a guerra psicológica, ações encobertas e negociações (Id., p. 90). Como John Foster Dulles – que ocupou o cargo de Secretário de Estado na maior parte dos dois mandatos de Eisenhower – declarou no início de 1954, os estrategistas norte-americanos entendiam que o Ocidente deveria ter a capacidade de responder a uma “agressão comunista” nos lugares e com os meios que escolhesse. Embora essa ideia, segundo Callanan (Id., p. 89-90), fosse “geralmente interpretada como uma alusão à retaliação maciça” com uso de armas nucleares, ela representava, na verdade, “algo muito mais amplo”. Tratava-se da “adoção da defesa assimétrica como a máxima orientadora de Eisenhower na esfera da política de defesa”.

Recorrendo à explicação elaborada pelo historiador John Lewis Gaddis, Callanan (Id., p. 90) esclarece que, segundo a instrução NSC 162/2, as “agressões comunistas” deveriam ser enfrentadas se utilizando das vantagens existentes contra as deficiências do adversário, “mesmo que isso significasse alterar a natureza e a localização do confronto”. Essa é uma diferença importante com relação à orientação anterior, presente na NSC 68, segundo a qual os Estados Unidos deveriam dar uma resposta da mesma espécie que a ação de seus inimigos – tanto no que se refere ao modo quanto à localização – mesmo que isso significasse o dispendioso desembarque de grandes exércitos em regiões que possuíam valor apenas periférico para a estratégia norte-americana.

Promovendo grandes mudanças, o governo Eisenhower, segundo Prados (2006), Cullather (2006) e Callanan (2010), daria grande ênfase às operações encobertas conduzidas pela CIA como uma ferramenta da política externa norte-americana. A importância dessas ações para a política exterior do país foi também destacada por um historiador do Departamento de Estado, que coordenou uma das publicações da coleção governamental *Foreign Relations of the United States* (FRUS) sobre a emergência das estruturas de inteligência do Estado norte-americano durante a administração Truman. Segundo ele, era “nítido que as instituições e operações de inteligência

tornaram-se um elemento de importância crescente na formulação e execução da política exterior norte-americana na administração de Truman e em administrações presidenciais subsequentes” (SLANY, 1996). Os organizadores de uma outra publicação do *FRUS* sobre o mesmo tema concluíram que “em 1955, a comunidade de inteligência, durante a presidência de Eisenhower, foi um agente muito mais importante, com uma burocracia mais robusta, do que era sob o presidente Truman no final dos anos 1940” (SUSSER, 2007, p. V).

É evidente que a América Latina não seria deixada de fora dessa maior importância das operações encobertas da CIA. Em seu livro de memórias, um destacado oficial da CIA, Harry A. Rositzke (2019, p. 189), afirmou que a partir de 1955, “a CIA se envolveu em uma ampla frente de ações encobertas na América Latina”, tais como a criação de serviços de notícias e canais locais para distribuição de propaganda, apoio a congressos estudantis não-comunistas e publicações anticomunistas, “estendendo as atividades de suas organizações internacionais de fachada entre grupos de jovens, estudantes e trabalhadores do México ao Brasil”. No chamado Terceiro Mundo, os primeiros teatros conhecidos dessa guerra secreta foram o Irã e a Guatemala. No país centro-americano, essa mobilização culminaria na derrubada do governo de Jacobo Arbenz, em 1954.

Planejamento das ações encobertas na América Latina

De acordo com Grandin (2004, p. 40), em 1951, sem esperar que Jacobo Arbenz tomasse posse como presidente, “pretensos libertadores” da Guatemala em busca de “patrocínio” já faziam constantes peregrinações à embaixada dos Estados Unidos. Embora, naquele momento, os diplomatas norte-americanos tenham se recusado a oferecer ajuda, a CIA “cuidou de cultivar aliados potenciais” naquele país. No início de 1952, o diretor geral da agência de inteligência norte-americana, o general Walter Bedell Smith, solicitou a J. C. King – o chefe da *Western Hemisphere Division*, setor responsável pelas operações da CIA no continente americano – que avaliasse se os dissidentes guatemaltecos, com a ajuda de ditadores de outros países da América Central, teriam a capacidade de depor o presidente Arbenz. Como resposta, King enviou um agente à Guatemala para identificar a existência de uma oposição organizada e descobrir se a CIA teria condições de “comprar apoio”, especialmente do Exército, da *Guardia Civil* e de figuras importantes do governo.

Ele deveria também analisar as opções de “imobilização” das “forças insubornáveis” (CULLATHER, 1999, p. 28-29).

Pouco tempo depois, o presidente Truman autorizou que a CIA fornecesse ajuda ao ditador da Nicarágua, Anastasio Somoza, e a Castillo Armas, militar guatemalteco, em suas investidas contra o governo Arbenz. O plano de ação apresentado por J. C. King a seus superiores na CIA sugeria o envio de armas e ajuda financeira a Castillo Armas, enfatizando que a agência teria um papel menor nos acontecimentos e alertando que a rebelião – que, na sua avaliação, iria ocorrer de qualquer maneira – poderia falhar sem a ajuda solicitada aos norte-americanos, levando a medidas repressivas que eliminariam a resistência anticomunista na Guatemala. Em setembro de 1952, Bedell Smith assinaria a ordem que autorizava a operação denominada PBFORTUNE. Para implementá-la, J. C. King adquiriu um carregamento de armas contrabandeadas que tinham sido confiscadas pelas autoridades do porto de Nova York. Elas foram empacotadas como equipamentos agrícolas e deveriam ser enviadas à América Central em outubro de 1952. Contudo, como o ditador nicaraguense espalhou informações sobre a ajuda da CIA entre oficiais de governos da América Central, a operação PBFORTUNE, que já não podia mais ser considerada encoberta, acabou sendo cancelada (CULLATHER, 1999, p. 29-31).

Novas propostas de intervenção por parte da CIA seriam aprovadas apenas no segundo semestre de 1953, durante o governo Eisenhower, no qual, como destaca Cullather (1999, p. 37), agências e departamentos importantes eram chefiados por indivíduos predispostos a buscar “remédios ativos e encobertos para o problema guatemalteco”. Os novos planos elaborados para o país centro-americano tiveram como referência as táticas que vinham sendo utilizadas pela CIA nos seus seis primeiros anos de existência, as quais foram inicialmente aplicadas na Europa, Oriente Médio e Ásia. A operação aprovada em agosto 1953 pelo NSC, denominada PBSUCCESS, deveria utilizar ações psicológicas, econômicas, diplomáticas e paramilitares para promover um golpe de Estado na Guatemala.

Ela foi, segundo Grandin (2004, p. 40), “a mais ambiciosa operação secreta da CIA” e durou quase um ano. Nesse período, “os Estados Unidos mobilizaram todo o seu poder”. Entre outras ações, “usaram a Organização dos Estados Americanos para isolar a Guatemala diplomaticamente, trabalharam com empresas norte-americanas a fim de gerar uma crise econômica no país e criaram e equiparam uma força invasora de exilados” que estavam posicionados em Honduras. Além disso,

“programas de rádio” gravados em Miami e transmitidos a partir da Nicarágua “incitavam os funcionários públicos à traição”, tentando convencer a população de que existia na Guatemala um “amplo movimento clandestino de resistência”. A CIA também “plantava notícias na imprensa guatemalteca e norte-americana e urdia ameaças de morte e sabotagens” com o objetivo de “criar desavença e confusão no governo Arbenz”.

Rabe (2014, p. 35-6) caracteriza a operação estadunidense que levou ao golpe na Guatemala em junho de 1954 como “a mãe das intervenções”. Ele a considera um “campo de treinamento” para intervenções subsequentes dos Estados Unidos na América Latina, em que a CIA desenvolveu táticas – de “guerra psicológica” e de “penetração controlada” em unidades militares, sindicatos, organizações religiosas, grupos estudantis e meios de comunicação – que continuariam sendo utilizadas no continente americano ao longo da Guerra Fria. Além da CIA, outras agências e departamentos do governo estadunidense desenvolveram estratégias e planos de atuação na América Latina tomando como referência alguns dos desafios enfrentados na Guatemala.

É o caso do *Operations Coordinating Board* (OCB), vinculado ao NSC e criado pelo governo Eisenhower para debater e supervisionar a implantação das políticas aprovadas naquele conselho, buscando garantir que todas as agências governamentais responsáveis por temas de política externa coordenassem suas atividades, evitando duplicação de esforços. Integrantes do OCB consideravam que a Guatemala oferecia uma representação de “todas as clivagens sociais, tensões e dilemas da moderna sociedade ocidental sob ataque do vírus comunista”, servindo aos estrategistas norte-americanos como uma “área protótipo” para teste de “meios e métodos de combate ao comunismo” (HIRSCH, 1953).

No início de 1954, de acordo com Edward P. Lilly, especialista em temas de guerra psicológica que trabalhou como assessor do NSC entre 1952 e 1965, a realização da 10ª Conferência Internacional da Organização dos Estados Americanos (OEA), na Venezuela, ofereceria ao OCB “um meio para espalhar seus tentáculos coordenadores” sobre as operações do governo estadunidense relacionadas à América Latina (Histórico, 1963). A fim de elaborar estratégias de ação contra a Guatemala durante a referida conferência, o OCB instituiu um grupo de trabalho – o *Working Group on Latin America* –, o qual, em 16 de março de 1954, apresentou seu primeiro estudo, intitulado “Recomendações para lidar com certos problemas psicológicos básicos para os Estados Unidos em Caracas”. Nele, os integrantes do grupo do OCB criticavam o que

entendiam como desinteresse dos governos latino-americanos em relação ao problema da “defesa conjunta do mundo livre contra o perigo comunista”. Ainda, apresentavam uma série de recomendações que foram adotadas e exploradas pela delegação dos Estados Unidos em Caracas, a qual foi pessoalmente liderada pelo Secretário de Estado, John Foster Dulles – irmão de Allen Dulles, o diretor da CIA nos dois mandatos de Eisenhower. Segundo Lilly, o governo dos Estados Unidos via a conferência da OEA como uma oportunidade de reafirmar a Doutrina Monroe e “comprometer a maioria das nações latino-americanas com uma forte resolução anticomunista” (Histórico, 1963).

Tal resolução era importante para conferir legitimidade às ações norte-americanas na Guatemala, cujo governo vinha sendo por eles acusado de ser influenciado ou controlado pela União Soviética. Aprovada com dezesseis votos favoráveis, duas abstenções (México e Argentina) e apenas um voto contrário (Guatemala), a resolução patrocinada pelos Estados Unidos em Caracas condenava as atividades do movimento comunista internacional, considerando-as uma intervenção nos assuntos americanos. Ela também declarava que o domínio ou o controle de qualquer país americano pelo movimento comunista internacional constituiria uma ameaça ao continente e demandaria consultas entre os países do sistema interamericano. Além disso, recomendava que cada um dos países do continente controlasse as atividades e movimentações dos agentes comunistas, realizando a troca de informações pertinentes. Apesar de a maioria das delegações presentes na conferência de Caracas ter indicado concordar com os Estados Unidos, identificando o comunismo como uma ameaça ao continente americano, algumas consideravam que isso era apenas um perigo potencial, mas não iminente. Na avaliação do setor de inteligência do Departamento de Estado, a resolução anticomunista tinha sido recebida sem entusiasmo na América Latina, não sendo boas as perspectivas para sua efetiva implementação (Relatório nº 6556, 08/06/1954).

Nesse contexto, o grupo de trabalho instituído pelo OCB para lidar com temas relacionados à América Latina – o já mencionado *Working Group on Latin America* – coordenou a elaboração de um plano de ação, definindo atribuições específicas para cada agência do governo estadunidense, e sintetizou toda a estratégia anticomunista e antinacionalista do governo Eisenhower para a região. O documento, intitulado Plano Básico de Operações contra o Comunismo na América Latina (*Outline Plan of Operations against Communism in Latin America*), teve sua versão final aprovada pelo

NSC no final de novembro de 1955. Em conjunto, também foram elaborados planos básicos específicos para atuação dos Estados Unidos na Guatemala, México e Brasil.⁹

Enquanto esse planejamento era realizado, outro grupo de trabalho criado pelo OCB se dedicava a elaborar um estudo encomendado pelo NSC sobre o “estado e adequação” dos programas em andamento para “o desenvolvimento das forças policiais”, com o objetivo de “manter a segurança interna e destruir a eficácia do aparelho comunista” nos países do chamado “mundo livre” que fossem considerados “vulneráveis à subversão” (SILVA, 2020, p. 53-4). Como observado por Huggins (1998, p. 94), na “fórmula de contenção de Eisenhower”, as polícias do Terceiro Mundo também integravam um “sistema combinado de defesa norte-americano-nacional”. Entendia-se que problemas de segurança interna não poderiam ser enfrentados apenas por meio da força militar.

O estudo do OCB avaliou a situação de dezoito países, quatro deles latino-americanos (Bolívia, Brasil, Chile e Guatemala), e levou em consideração não apenas a capacidade de suas forças policiais e militares, mas também as características de seus sistemas jurídicos e legislativos, assim como a existência de apoio interno aos programas de segurança pública. O relatório elaborado pelo grupo de trabalho concluiu que, na maioria dos casos analisados, “as forças policiais não possuíam a competência técnica para lidar com a subversão, especialmente em suas formas mais avançadas”. Ainda, indicavam que, em alguns países, o treinamento policial “não precisaria expandir-se para além do treinamento de um número limitado de especialistas em antissubversão”. Em outros, contudo, seria necessário “um programa mais abrangente, incluindo administração policial e ciência forense”. O programa criado pelo governo norte-americano na sequência dessas avaliações ficou conhecido como “Programa 1290-d”. Em 1957, ele passaria a ser denominado *Overseas Internal Security Program* (OISP).¹⁰

9 Para uma análise mais detalhada desses planos e alguns de seus impactos sobre a América Latina, ver SILVA, 2020. Apesar da sua importância, tais planos permanecem praticamente ignorados pelas historiografias brasileira e anglo-saxã.

10 Ao analisar esses programas, é importante levar em consideração a experiência acumulada pelos Estados Unidos não apenas na repressão interna que realizou, especialmente por meio do FBI, aos movimentos radicais da esquerda norte-americana. Foi também relevante sua experiência enquanto potência colonial nas Filipinas, entre 1898 e 1946, onde os oficiais estadunidenses desenvolveram e testaram estratégias de contenção e controle social, tais como técnicas contrainsurgentes e legislação repressora, a qual permitia o fichamento, a vigilância e a perseguição sistemática contra indivíduos e organizações de esquerda. Acrescente-se a isso a construção de aparatos e sistemas de inteligência das polícias locais e do exército filipino. Na avaliação de McCoy (2009, p. 16-8), as Filipinas serviram como “palco para um experimento social no uso da polícia como instrumento do poder estatal”, onde os Estados Unidos “desenvolveram sofisticados sistemas de coleta, codificação e operacionalização de volumosas quantidades de dados sobre toda a

Os inúmeros documentos produzidos pelo OCB relacionados a esses planos e programas são de grande importância para a pesquisa histórica. Eles apresentam uma característica rara em documentos oficiais norte-americanos: não apenas detalham a política que deveria ser executada a partir das instruções definidas pelo NSC, mas também identificam claramente quais agências governamentais estiveram envolvidas no seu planejamento feito em Washington e quais seriam responsáveis pela sua execução por meio de seus representantes nas missões diplomáticas estadunidenses na América Latina. Os planos e programas também previam que as agências estatais envolvidas deveriam enviar relatórios periódicos sobre o progresso das ações a elas atribuídas. Assim, o cotejamento de informações dos planos básicos para a América Latina, Brasil, México e Guatemala, os vários relatórios sobre seus progressos, ao lado da análise de outras fontes governamentais e privadas produzidas nos Estados Unidos e no Brasil, ajudam a entender não apenas a lógica do planejamento estadunidense, mas também os impactos esperados e efetivos sobre o país alvo da política e o importante papel cumprido por agentes locais que colaboraram com a política elaborada em Washington. Em suma, a documentação permite esclarecer alguns dos mecanismos causais existentes entre processos decisórios e seus impactos, o contexto estrutural no qual os eventos descritos ocorreram e o papel dos agentes envolvidos.

Todos os planos e programas acima mencionados foram formulados dentro da lógica das ações encobertas, as quais, como já observado, eram bastante valorizadas pelo governo Eisenhower. Ampliando os objetivos descritos para essas operações na NSC 10/2, de 1948, em dezembro de 1955 foi aprovada a instrução NSC 5412/2. Entre as finalidades acrescidas, estavam as seguintes: colocar em descrédito a reputação e a ideologia do comunismo internacional e reduzir a força dos partidos e outras organizações que a ele estivessem integrados; conter qualquer ameaça de chegada ao poder, em um país do mundo livre, de partidos ou indivíduos que fossem tanto direta quanto indiretamente suscetíveis ao controle comunista; reduzir o controle do comunismo internacional sobre quaisquer áreas do mundo e fortalecer a orientação pró-Estados Unidos dos povos e nações do mundo livre, ampliando a sua capacidade e vontade de resistir ao comunismo internacional (NSC 5412/2, 1955).

sociedade filipina”, criando, sem dúvida, além de uma “polícia moderna”, o primeiro e “mais completo Estado de vigilância do mundo”. Sobre o assunto, ver também WOODS (2020).

Por meio do objetivo de conter a simples “ameaça” de chegada ao poder de um partido ou indivíduo que os norte-americanos considerassem estar de alguma forma identificados com o comunismo, fica evidente a intenção de atuar de forma preventiva nas áreas consideradas relevantes para os interesses dos Estados Unidos. Uma manifestação do vice-presidente presidente Richard M. Nixon, em reunião do NSC realizada em março de 1955, também explicita essa orientação. Ao chamar a atenção para a importância de não se menosprezarem os acontecimentos na América Latina – em suas palavras, o “próprio quintal” norte-americano –, Nixon observou que a região oferecia um potencial enorme, “tanto para o bem quanto para o mal”, dependendo da condição de estarem no poder “as pessoas certas” ou as “erradas”. E alertou que os problemas que os Estados Unidos enfrentaram na Guatemala teriam sido maiores se ocorressem no México ou em Cuba. Segundo Nixon, se algum desses países sucumbisse ao “controle comunista”, seria muito difícil reverter tal quadro. Era melhor, portanto, se antecipar a esse perigo que se arrepender posteriormente (Ata NSC, 11/03/1955).

Essa mesma lógica estava presente nos programas de treinamento de forças de segurança interna desenvolvidos pelo governo Eisenhower. Essas iniciativas encaravam a atuação das polícias estrangeiras como algo importante para detectar e eliminar o comunismo “antes que ele pudesse ficar fora de controle” (HUGGINS, 1998, p. 94). Por isso, Albert R. Haney, um oficial da CIA que por muitos anos esteve envolvido com esses programas de treinamento, comparava os gastos com tais iniciativas com aqueles destinados a ações de prevenção de incêndio e programas de vacinação (HANEY, 14/07/1957).

Ao reconhecer a existência de uma predisposição por parte do governo Eisenhower de se antecipar ao fortalecimento dos movimentos e organizações que poderiam prejudicar os interesses norte-americanos em qualquer região do globo, conseguimos aprofundar a compreensão de suas estratégias relacionadas à América Latina, em um momento em que muitos governos da região não se sentiam tão ameaçados pelo “perigo comunista”. A análise dos planos elaborados pelos estrategistas norte-americanos para o controle do comunismo e do nacionalismo no continente americano, assim como o levantamento de informações sobre a execução desse planejamento, nos permite afirmar que o governo Eisenhower se empenhou bastante em combater e evitar o fortalecimento de movimentos latino-americanos que propunham transformações mais radicais para a região.

Alianças e frentes de combate na América Latina

Tanto o Plano Básico de Operações contra o Comunismo na América Latina quanto o Plano Básico de Operações para o Brasil e outros países – ambos elaborados pelo OCB tendo como referência a NSC 5432/1 de 1954 – preveem o emprego de métodos de “guerra política” formulados pelos Estados Unidos contra os países latino-americanos. Essa expressão, bem como outras usadas como sinônimos pelos estrategistas norte-americanos – tais como “guerra psicológica” e “guerra de propaganda” – se referia a ações de caráter não-militar que tinham o objetivo de influenciar a opinião pública. Ela era empregada como “uma fórmula abrangente” que “representava os mais diferentes tipos de intervenção em assuntos internos” de outros países, fossem eles considerados aliados ou inimigos dos Estados Unidos na Guerra Fria (OSGOOD, 2006, p. 8).

Os planos de operações previam a realização de ações de propaganda voltadas a levar mensagens anticomunistas à população dos países latino-americanos, buscando convencer estudantes, professores, trabalhadores rurais e urbanos, empresários, integrantes de partidos políticos, membros da Igreja e das Forças Armadas, entre outros grupos importantes da sociedade, de que o comunismo possuiria uma “natureza fraudulenta, conspirativa e subversiva” que serviria aos propósitos supostamente intervencionistas da União Soviética. Os planos previam também o apoio a tendências, grupos ou ações que se adequassem aos objetivos do governo norte-americano na América Latina. Destaque era dado ao apoio à criação e ao desenvolvimento de sindicatos e lideranças sindicais “responsáveis” (Plano para a América Latina, 1955 e 1956; Plano para o Brasil, 1955 e 1956).

Como analisado anteriormente, essas ações de “guerra política” eram realizadas de forma encoberta, e sua origem não poderia ser atribuída ao governo dos Estados Unidos. Por isso, era comum que as embaixadas estabelecessem relações com grupos locais anticomunistas, aos quais forneciam recursos para execução de tais atividades. Isso não significa que esses grupos fossem diretamente controlados pelos norte-americanos: existiam diferentes tipos de relações, com diferentes níveis de influência e autonomia. No Brasil, um dos grupos com os quais os oficiais da embaixada dos Estados Unidos no Rio de Janeiro – incluindo o chefe da estação local da CIA – mantiveram relação era representado nesses contatos reservados por Jacy Montenegro Magalhães,

dirigente da Confederação Nacional da Indústria e do Serviço Nacional da Indústria (SESI). De acordo com documentos produzidos pela representação diplomática estadunidense no Brasil, o referido grupo era bastante ativo e promovia ações de contrapropaganda direcionadas às Forças Armadas, lideranças sindicais e trabalhadores. Também merecem destaque os contatos que alguns oficiais norte-americanos mantiveram com Wladimir Lodygsky, militante anticomunista que chegou ao Brasil na segunda metade da década de 1940 e, em 1956, criou a Sociedade de Estudos Interamericanos (SEI), uma organização que viria a ter importante atuação na mobilização prévia ao golpe de 1964.¹¹ Outra organização que teve relevante papel naquele contexto, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), também foi criada durante o governo Eisenhower e, de acordo com seu diretor, Ivan Hasslocher, recebeu apoio direto do governo estadunidense (SILVA, 2020).¹²

Outra organização brasileira a ser mencionada é a escola de líderes operários chefiada pelo padre Belisário Velloso, dos Círculos Operários Católicos do Rio de Janeiro. De acordo com documentos elaborados pelo adido trabalhista da embaixada do Rio de Janeiro, a instituição recebeu apoio sigiloso do governo norte-americano desde pelo menos o ano de 1957. Na Colômbia, outra importante organização católica, a *Acción Cultural Popular*, liderada pelo monsenhor José Joaquín Salcedo recebeu apoio encoberto do governo estadunidense desde 1956, segundo afirmação do Vice-Secretário Adjunto de Estado de Assuntos Interamericanos da administração Kennedy (SILVA, 2020, p. 601-2).

Outras ações importantes previstas no Plano Básico de Operações contra o Comunismo na América Latina envolviam os governos dos países da região. Os estrategistas norte-americanos destacaram a necessidade de se efetivar um intercâmbio bilateral contínuo de informações entre governos e estabelecer um controle sobre viagens, fundos, comunicações e outras atividades realizadas por comunistas. Eles também enunciaram o objetivo de encorajar os governos latino-americanos a adotarem novas legislações ou ampliarem as já existentes, com o objetivo de tornar ilegal o comunismo e os partidos comunistas. A meta era impedir que comunistas se candidatassem a quaisquer cargos públicos – da carreira civil ou militar –, integrassem partidos políticos, sindicatos urbanos ou rurais ou atuassem na educação pública ou privada e em qualquer outra

11 Sobre Lodygsky e a SEI, ver SCHWARZ e SILVA, 2022.

12 Devido à sua complexidade, as relações entre essas organizações e o governo norte-americano não será apresentada neste artigo. Uma análise mais detalhada sobre o tema está disponível em Silva, 2020.

atividade que fosse considerada fundamental (Plano para a América Latina, 1955 e 1956; Plano para o Brasil, 1955 e 1956).

No Plano Básico de Operações para o Brasil, chama a atenção a previsão de que os oficiais norte-americanos deveriam agir para “induzir e apoiar” o governo brasileiro para que este tomasse “medidas efetivas para destruir” o Partido Comunista. O registro do PCB já havia sido cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral em 1947. Mas a atuação de seus militantes continuava sendo vista com inquietação, já que, na avaliação dos estrategistas estadunidenses, eles vinham intensificando a exploração de temas que fomentavam sentimentos “antiamericanos”, a “expansão do estatismo” e a “criação de dissensão social” (Plano para o Brasil, 1955 e 1956).

Além disso, os planos de operações elencam ações relacionadas ao Programa 1290-d, tais como o fortalecimento do aparato de segurança dos governos latino-americanos responsáveis por “vigiar e controlar as atividades comunistas” e a promoção de treinamento de polícia para oficiais desses países, “com ênfase no controle de atividades comunistas” (Plano para América Latina, 1955 e 1956; Plano para o Brasil, 1955 e 1956). No Brasil, a implementação dessa linha de ação levou à reativação, em 1956, pelo governo Juscelino Kubitschek, do Serviço Federal de Informações e Contrainformações (SFICI), que havia sido criado em 1946, mas estava inoperante naquele momento. Em apoio, o governo norte-americano enviou um oficial da CIA ao Brasil para oferecer treinamento e orientação aos brasileiros envolvidos nesse processo, além de ter fornecido treinamento, nos Estados Unidos, a quatro membros do SFICI – o coronel Humberto de Souza Mello, o major Geraldo Knaack de Souza, o delegado José Henrique Soares e o capitão Rubens Bayma Denys. Em abril de 1958, o diretor do Departamento Federal de Segurança Pública – o general Amaury Krueel – e o chefe da Divisão de Polícia Política e Social – o coronel Danilo Nunes – também viajariam aos Estados Unidos, acompanhados por um oficial da CIA que trabalhava na estação da agência no Rio de Janeiro. Em Washington eles foram recebidos por J. C. King, o chefe da Divisão de Hemisfério Ocidental da agência, conforme documentação governamental norte-americana (SILVA, 2020, p. 365-368; 372-377).

Seguindo as orientações do plano de operações elaborado pelos estrategistas do governo Eisenhower, o apoio da CIA também foi concedido a outros governos latino-americanos para a criação ou fortalecimento de organismos de inteligência, vigilância e repressão. Em 1955, foi instituído em Cuba o *Biró de Represión Anticomunista*, uma organização governamental secreta

responsável pela vigilância e repressão ao comunismo, (SILVA, 2020, p. 380-381). Em 1956, foi criada no Paraguai a *Dirección Nacional de Asuntos Técnicos* (DNAT), que teria intensa atuação na repressão promovida pela ditadura de Strossner (1954-1989) (RIQUELME, 2004).

Na Argentina, implementando a diretriz relacionada ao “intercâmbio de informações”, o governo dos Estados Unidos manteve conexões com o major Roberto Arturo Shaw, designado oficial de ligação com os norte-americanos pelo governo argentino, fazendo a intermediação das relações com o *Servicio de Informaciones del Ejército* (SIE), com a *Secretaría de Informaciones del Estado* (SIDE) e com o Ministério de Relações Exteriores da Argentina (SILVA, 2020, p. 381). No Brasil, a diplomata Odette de Carvalho e Souza, chefe do Departamento Político-Cultural do Itamaraty, foi designada para representar o governo Kubistchek no programa secreto de “intercâmbio de informações” sobre o comunismo. O oficial norte-americano designado para trabalhar diretamente com Carvalho era o chefe da estação local da CIA no Rio de Janeiro, David W. Smyser (SILVA, 2020, p. 356-358).

O programa secreto de “intercâmbio de informações” foi estabelecido em vários outros países da América Latina, tais como Equador, Chile, Peru, Colômbia, República Dominicana, Honduras, Uruguai e Venezuela. Em quase todos, os representantes do governo estadunidense eram oficiais da CIA. No caso do Chile, de acordo com o embaixador dos Estados Unidos no país, o oficial da CIA – que seria responsável por trabalhar junto ao ministro do interior chileno – era “*expert* em comunismo, sabia como os comunistas trabalhavam na clandestinidade, falava espanhol fluentemente e tinha um longo treinamento no escritório do Sr. Allen Dulles”. Os representantes dos governos latino-americanos podiam ser lideranças do Exército, das polícias políticas, dos serviços de relações exteriores ou ocupantes de outros cargos do poder executivo (SILVA, 2020, p. 358-9).

Os governantes da América Latina não demonstravam todos a mesma disposição para cooperar com os Estados Unidos. No Uruguai, por exemplo, a iniciativa de estabelecer um intercâmbio de informações sobre o comunismo não teve o sucesso esperado e a embaixada norte-americana em Montevideú atribuiu as dificuldades encontradas à resistência das autoridades locais. Isso não impedia, contudo, que ações encobertas fossem realizadas naquele país. Os oficiais norte-americanos estavam dispostos a levar adiante o projeto de combate ao comunismo por outros meios, defendendo que fossem utilizadas medidas que não demandassem ação por parte do governo uruguaio:

Já que a embaixada não pode esperar dos membros da administração uruguaia uma ação em comum contra o comunismo, deve-se concentrar esforços maiores em outros caminhos, todos mais indiretos. Alguns deles podem provocar uma atitude mais favorável do governo local. As mais importantes medidas envolvem o campo da propaganda e o fortalecimento do movimento sindical. Os principais oficiais uruguaia não apenas negam que haja um problema comunista no Uruguai como também afirmam que o governo dos Estados Unidos e a embaixada preocupam-se demasiadamente com o problema do comunismo no Uruguai e em outros países. Por esta razão, os esforços dos Estados Unidos para combater o comunismo devem ser mais indiretos. (...) Se for enfatizado o verdadeiro objetivo, as medidas em si podem ser rejeitadas e revelarem-se ineficazes. (...). Os Estados Unidos devem deliberadamente combater o comunismo, mas nunca passar a impressão de que é isso que está sendo feito. O Partido Comunista do Uruguai publicou muitos de seus objetivos no país e isso já nos dá munição suficiente para fazer propaganda contra eles. As medidas dos Estados Unidos podem ser efetivas apenas se for evitada a impressão de que existe um programa planejado de combate ao comunismo. (...). Nenhuma ação deve ser feita que deixe a impressão nas lideranças sindicais locais de que a embaixada dos Estados Unidos está financiando atividades anticomunistas (Despacho diplomático n. 103, 06/08/1956).

Os detalhes referentes à execução da maioria dessas operações encobertas do governo dos Estados Unidos na América Latina são escassos. Elas foram, como demonstrado, planejadas de modo a não serem associadas a um governo estrangeiro e os oficiais norte-americanos sabiam que era importante adotar os cuidados necessários para evitar essa vinculação. Sendo assim, até hoje, poucos documentos foram liberados pelo governo dos Estados Unidos a respeito dessas ações realizadas em território estrangeiro. Geralmente, apenas operações nas quais sua participação não poderia ser mais convincentemente negada acabaram tendo alguns de seus detalhes revelados com a publicização de documentos oficiais, especialmente da CIA. São os casos de Guatemala, Chile, Vietnã e Cuba, por exemplo, ainda assim, os documentos são relacionados a alguns períodos específicos, de conflitividade mais acentuada.

Em relação ao Brasil, nunca houve nenhum reconhecimento por parte do governo norte-americano de que poderia ter realizado ou apoiado operações encobertas em território brasileiro. Ainda assim, algumas fontes revelam certos elementos a respeito da natureza dessas intervenções. A título de exemplo, um relatório de atividades encaminhado pela CIA ao OCB em janeiro de 1955 informava que, no ano anterior, os “mecanismos brasileiros” da agência, que atuavam entre a juventude e os estudantes, grupos de imigrantes, grupos de empresários, na imprensa e no rádio, tinham contribuído para “criar um clima político favorável” à execução das primeiras ações anticomunistas mais rigorosas pelo governo brasileiro. As ações da CIA no Brasil em 1954 teriam

concentrado seus esforços na exposição da “natureza comunista” da Conferência Latino-Americana de Mulheres¹³ e na “exposição e eliminação de candidaturas comunistas nas críticas eleições de outubro” (Memorando CIA para OCB, 14/01/1955). Essa eleição foi a primeira realizada após a morte de Getúlio Vargas, tendo se direcionado a cargos do legislativo municipal, estadual e federal e para o governo de onze estados (São Paulo, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Ceará, Espírito Santo, Sergipe, Goiás, Piauí e Amazonas).

Em abril de 1955, um documento do governo norte-americano intitulado *US Courses of Action – Brazil*, enviado à embaixada dos Estados Unidos no Rio de Janeiro, apresentava a recomendação de que fossem expandidas as operações da CIA no Brasil “para combater a crescente atividade comunista, particularmente antes das eleições presidenciais de outubro” de 1955 (Memorando, 25/04/1955). Conforme oficiais diplomáticos norte-americanos que atuaram no Brasil, uma parte considerável das suas políticas foi executada por meio de ações encobertas, mesmo pelas agências que não operavam por meio dos mesmos métodos utilizados pela CIA. Em março de 1959, o adido trabalhista esclareceu que a embaixada do Rio de Janeiro tinha “muito cuidado para minimizar a publicidade” dos vínculos com “anticomunistas no movimento sindical e no governo”. O ministro conselheiro da embaixada concordava com seu colega, afirmando que as políticas norte-americanas no Brasil não seriam efetivas se executadas de forma ostensiva: “nossos esforços terão maior possibilidade de êxito se forem mantidos em segredo” (Memorando, 03/1959).

Detalhes a respeito de tais operações – que poderiam elucidar sua extensão, efetividade e influência – só estarão disponíveis com a liberação dos documentos ainda mantidos sob sigilo pelo governo norte-americano. Mas o que se pode afirmar a partir dos documentos acessíveis à pesquisa é que os Estados Unidos não foram meros espectadores da política latino-americana ao longo da

13 A conferência ocorreu entre os dias 07 e 31 de agosto de 1954, na sede da Associação Brasileira de Imprensa, no Rio de Janeiro, contando com a participação de cerca de 400 delegadas de vários países latino-americanos (*Imprensa Popular*, 05/09/1954). Contra sua realização foi divulgado um “Manifesto às mulheres da América e do mundo”, com a assinatura de várias lideranças de “associações femininas e mulheres de responsabilidade”. O documento convocava a “mulher brasileira a levantar sua voz e sua ação contra a infiltração comunista em nosso meio”, afirmando que “Moscou mandou realizar no Brasil” a referida conferência. Ainda, apresentava um histórico do “aliciamento” que Moscou supostamente vinha promovendo em eventos desse tipo desde o ano de 1940. O documento ainda se manifestava pela defesa da “carta constitucional brasileira e a liberdade de expressão”. Contudo, propunha, ao mesmo tempo, a “destruição do fermento propício à germinação e florescência do comunismo”. Esse texto foi lido no Senado por Hamilton Nogueira, da União Democrática Nacional (UDN) (*Correio da Manhã*, 07/08/1954).

década de 1950. Para o governo Eisenhower, a região também era um dos campos de batalha da Guerra Fria.

Considerações finais

Ao analisarmos o planejamento realizado pelo governo Eisenhower visando à defesa de seus interesses na América Latina, é possível identificar que suas interferências nos conflitos internos dos países da região ao longo da década de 1950 – que não podem ser reduzidas a ações militares direcionadas à derrubada de governos – não foram infrequentes nem isoladas. Isso contraria a ideia sustentada por parte da historiografia, que identifica uma certa “negligência” dos Estados Unidos com relação à região naquele momento da Guerra Fria. Podemos identificar a campanha contra o governo Arbenz na Guatemala como um fator catalisador para uma mobilização geral contra o comunismo e o nacionalismo em todo o continente americano, levando à estruturação de um programa fundamentado na necessidade de se antecipar à radicalização e ao fortalecimento das forças progressistas latino-americanas. Para sua elaboração, contaram com a capacidade técnica que vinha sendo organizada dentro do governo estadunidense para o exercício de seu novo papel no cenário internacional do período após a Segunda Guerra Mundial.

Cientes da tradição anti-imperialista consolidada na América Latina, os estrategistas norte-americanos consideraram imprescindível atuar por meios que não identificassem a existência de patrocínio ou ingerência estadunidense nas ações de guerra política que fomentaram em toda a região. Fazendo uso dos métodos de ação encoberta, os oficiais do governo norte-americano cultivaram relações com grupos e indivíduos que resultaram em alianças cujos resultados ainda não foram plenamente investigados – em parte pela dificuldade de acesso às fontes que documentam essas relações. A atuação desses oficiais, com base no planejamento estratégico realizado em Washington, também resultou em duradouros legados institucionais no campo da repressão e da vigilância – outro ponto que ainda demanda aprofundamento pela historiografia.

Reconhecer a existência dessa mobilização por parte do governo norte-americano, uma verdadeira “guerra secreta” contra as forças políticas que propunham transformações mais radicais na América Latina, não implica ignorar a complexidade política, econômica e social de cada um dos

países da região, nem buscar identificar na intervenção norte-americana a explicação fundamental para o curso dos conflitos que neles ocorreram ao longo da década de 1950. Mas desconsiderar essa interferência significa desprezar uma variável que não pode ser descartada nas análises que realmente buscam levar em consideração tal complexidade. Não há dúvidas de que o estudo das relações dos Estados Unidos com a América Latina naquele período ainda precisa ser aprofundado de forma crítica. Para tanto, reconhecer a existência de uma preocupação real por parte dos norte-americanos com os “perigos potenciais” identificados na região é apenas um passo inicial, mas certamente necessário.

Referências

- AFONSO, E. J. **Olhos e ouvidos dos EUA**. Adidos trabalhistas e operários brasileiros (1943-1952). São Paulo, Alameda, 2017.
- AYERBE, L. F. **Estados Unidos e América Latina**. A construção da hegemonia. São Paulo, Ed. UNESP, 2002.
- SCHOULTZ, L. **In their own best interest**. A history of the U.S. effort to improve Latin Americans. Cambridge & London, Harvard University Press, 2018.
- BELLOTO, H. L. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo, Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- BETHELL, L., ROXBOROUGH, I. (orgs.). **A América Latina entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria**. São Paulo, Paz e Terra, 1996.
- BOOTH, W. A. Rethinking Latin America's Cold War. **The Historical Journal**, 64, 4 (2021), pp. 1128-1150.
- CALLANAN, J. **Covert action in the Cold War**. US policy, intelligence and CIA operations. London, I.B. Taurus, 2010.
- CERVO, A. L., BUENO, C. **História da política exterior do Brasil**. Brasília, Ed. UnB, 2011.
- CULLATHER, N. **Secret history**. The CIA's classified account of its operations in Guatemala, 1952-1954. Stanford, Stanford University Press, 2006.
- DREIFUSS, R. A. **A internacional capitalista: estratégia e táticas do empresariado transnacional (1918-1986)**. Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo, 1986.
- FICO, C. **O grande irmão**. Da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.
- FIELD JR., T. C., KREPP, S., PETTINÀ, V. **Latin America and the global Cold War**. Chapel Hill, The University of North Carolina Press, 2020.
- GARRARD-BURNETT, V., LAWRENCE, M. A., MORENO, J. E. (eds.). **Beyond the eagle's shadow**. New histories of Latin America's Cold War. Albuquerque, University of New Mexico Press, 2013.
- GRANDIN, G. **A revolução guatemalteca**. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

- HUGGINS, M. **Polícia e política**. Relações Estados Unidos/América Latina. São Paulo, Cortez, 1998.
- JOSEPH, G. M., SPENSER, D. (eds.). **In from the cold**. Latin America's new encounter with the Cold War. Durham & London, Duke University Press, 2008.
- MCMAHON, R. J. (ed.). **The Cold War in the Third World**. Oxford, Oxford University Press, 2013.
- MCCOY, A. W. **Policing America's empire: the United States, the Philippines, and the rise of the surveillance state**. Madison, University of Wisconsin Press, 2009.
- MUNHOZ, S. J. Ecos da emergência da Guerra Fria no Brasil (1947-1953). **Diálogos**, vol. 6, pp. 41-59, 2002.
- OSGOOD, K. **Total Cold War**. Eisenhower's secret propaganda battle at home and abroad. Lawrence, Kansas University Press, 2006.
- PECEQUILO, C. S. **A política externa dos Estados Unidos**. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 2003.
- PRADOS, J. **Safe for democracy**. The secret wars of the CIA. Chicago, Ivan R. Dee, 2006.
- RABE, S. G. **Eisenhower and Latin America**. The foreign policy of anticommunism. Chapel Hill, The University of North Carolina Press, 1988.
- _____. **The Killing Zone**. The United States wages Cold War in Latin America. Cambridge, MA, Harvard University Press, 2014.
- RIQUELME, M. A. Antecedentes del Operativo Cóndor em el Paraguay: la conexión de Estados Unidos de América. **Diálogo**, 8, 1 (2004), article 9.
- RIVAS, D. United States-Latin America relations, 1942-1960. In: SCHULZINGER, Robert D. **A companion to American foreign relations**. Oxford, Blackwell Publishing, 2003.
- ROSITZKE, H. **The CIA's secret operations**. Espionage, counterespionage, and covert action. London & New York, Routledge, 2019.
- SCHWARZ, L. M. L., SILVA, V. G. Wladimir Lodyginsky: a trajetória internacional de um militante anticomunista. **Tempos Históricos**, vol. 26, n. 1 (2022), pp. 275-299.
- SEWELL, B. **The US and Latin America**. Eisenhower, Kennedy and economic diplomacy in the Cold War. London, I.B. Tauris, 2016.
- SIEKMEIER, J. F. **Latin American nationalism**. Identity in a globalized world. New York, Bloomsbury, 2017.
- SILVA, V. G. **Organização e planejamento da contrarrevolução preventiva no Brasil: atores e articulações transnacionais (1936-1964)**. Tese (Doutorado em História Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2020.
- STATLER, K. C., JOHNS, A. L. (eds.). **The Eisenhower administration, the Third World, and the globalization of the Cold War**. Lanham, Rowman & Littlefield, 2006.
- WOODS, C. **Freedom Incorporated**. Anticommunism and Philippine independence in the age of decolonization. Ithaca, Cornell University Press, 2020.

Documentos primários

- Ata NSC, 11/03/1955. Eisenhower Library (doravante, EL), NSC Series, box 6, folder, 240 th meeting of the NSC, March 10, 1955.
- CABOT, John M. Memorando, 16/03/1953. National Archives at College Park (doravante, NACP), RG 59, A1 5170, box 2, 12.

CFR, 10/03/1953. Discussion Group on Political Unrest in Latin America. Rockefeller Archive Center, Berent Friele papers, Series 4, box 12, 172 - Council on Foreign Relations, 1952-1953.

CFR, 18/03/1953 e 15/05/1953. Idem.

Despacho diplomático n. 103, Montevideu para Washington, 06/08/1956. NACP, RG 59, Central Decimal Files 1955-1959, box 2462, folder 611.20/8-657.

HANEY, Albert R. "Observations and suggestions concerning the Overseas Internal Security Program (OISP)", 14/07/1957. EL, NSC Staff papers, OCB Central File, box 18, folder 014.12 [Internal Security] (File #4) (5) [November 1956-March 1957].

HIRSCH, Richard, 28/10/1953. **Foreign Relations of United States** (doravante, FRUS), Guatemala, 1952-1954, Retrospective volume, documento 60. Memorandum for the record. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1952-54Guat/d60> Acesso 03 jul 2022.

KENNAN, George F. Memorando, 29/03/1950. NACP, RG 59, A1 558CB, box 1, American Republics, 1947-1950.

LILLY, Edward P. Histórico, 26/06/1963. EL, Edward P. Lilly papers, Series IV. NSC 1951-1960, box 59, Psychological warfare – History – Chapter VIII? [untitled].

MANN, Thomas C. Memorando, 11/12/1952. Harry S. Truman Library, Papers of Harry S. Truman – Presidential Papers, President's Secretary's file, Foreign Affairs file 1940-1953.

Memorando CIA para OCB, "CIA annexes to progress reports on NSC 5432/1 and NSC 5411/2", 14/01/1955". Document number 0000920014. Collection: Guatemala. Disponível na base Records Search Tool (CREST) da CIA:
https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/DOC_0000920014.pdf
Acesso 03 jul 2022.

Memorando, Departamento de Estado para o Rio de Janeiro, 25/04/1955. NACP, RG 84, UD 2132, box 104, folder 1955 350 Political general.

Memorando, Santiago para Washington, 07/09/1956. NACP, RG 84, UD 2255, box 43, folder 350.21 Chile 1956.

NSC 144/1, 18/03/1953. EL, NSC Policy Papers, box 4, NSC 144 Latin America (1).

NSC 5432/1, 03/09/1954. EL, White House Office, National Security Council, Policy Papers, box 13, NSC 5432/1 – Policy toward Latin America.

NSC 162/2, 30/10/1953. **FRUS**, 1952-1954, National Security Affairs, vol. II, part 1, documento 101. Report to the National Security Council by the Executive Secretary (Lay). Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1952-54v02p1/d101> Acesso 03 jul 2022.

NSC 5412/2, 12/1955. **FRUS**, 1950-1955, The Intelligence Community, documento 250. National Security Council Directive – Covert operations. Disponível em:
<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1950-55Intel/d250> Acesso 03 jul 2022.

Plano Básico de Operações contra o Comunismo na América Latina, 02/12/1955 e 18/04/1956. NACP, RG 59, A1 1586B, box 24, Latin America 1955 [1 of 2].

Plano Básico de Operações para o Brasil, 26/07/1955 e 21/06/1956. Eisenhower Library, NSC Staff papers, OCB Central File, box 24, folder OCB 091.Brazil (File #1) [June 1955-June 1956] (2).

Policy Planning Staff. Paper no. 26 (PPS-26). To Establish U.S. Policy Regarding Anti-Communist Measures Which Could Be Planned and Carried Out Within the Inter-American System. Washington, March 22, 1948. Anexo 2. **FRUS**, The American Republics, vol. IX, 1948. <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1948v09/d161>

Acesso 03 jul 2022.

Relatório nº 6556, 08/06/1954. NARA II, RG 43, A1 748, box 5, folder 5. Communism.

Memorando, John T. Fishburn para o Departamento de Estado, 03/1959. NACP, RG 84, UD 2132, Box 131, Folder "Labor Affairs General 1959-1961".

SLANY, M. Z. "Preface". In: *Emergence of the Intelligence Establishment*. THORNE, C. Thomas, Jr., PATTERSON, David S. **FRUS**, 1945-1950. Washington, D. C., United States Government Printing Office, 1996

SUSSER, M. K. "Preface". In: KEANE, Douglas, WARNER, Michael (eds.). *The Intelligence Community, 1950-1955*. **FRUS**, 1950-1955. Washington, D. C., United States Government Printing Office, p. v, 2007.

Notícias de jornais

"Lido no Senado o manifesto de numerosas senhoras brasileiras contra Conferência Latino-Americana de Mulheres". *Correio da Manhã*, 07/08/1954, terceira página.

"Em defesa de seus direitos de mães, trabalhadoras e cidadãs". *Imprensa Popular*, 04/09/1954, sétima página.

Disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira, da Biblioteca Nacional:
<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx> Acesso 29 jul 2022.